



O COOPERATIVISMO E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ

José Claudimir Menegon (PG – UEM)

Rosângela Mazzia Inocêncio-Rodrigues (Universidade Estadual de Maringá-UEM)

REFERÊNCIA

MENEGON, José Claudimir; INOCÊNCIO-RODRIGUES, Rosângela Mazzia. O Cooperativismo e sua Importância no Desenvolvimento do Estado do Paraná. **CADERNO DE ADMINISTRAÇÃO**. v. 14, n.1, p. 59-73, jan/jun. 2006.

RESUMO

O cooperativismo agropecuário representa cerca de 50% da economia agrícola do Estado do Paraná e participa de forma intensa em todo o processo de produção, beneficiamento, armazenamento e industrialização agropecuário, fazendo com que o associado seja um agente ativo na participação do mercado interno e externo, como também nas ações sociais de comunidade. Com seu desenvolvimento as cooperativas passaram a ser importantes instrumentos de difusão de tecnologias e implementadoras de políticas de desenvolvimento, agindo também como elo de ligação entre o produtor rural e o governo. A prática do cooperativismo fortalece a atividade e enaltece o ser humano na cidade e no campo, e sua força conjuntural participa do desenvolvimento econômico e social do Paraná, com o qual estão comprometidos por sua própria filosofia de trabalho. Dentro deste contexto este trabalho busca demonstrar, por meio de uma pesquisa bibliográfica, alguns aspectos que representam a importância do sistema cooperativo para o desenvolvimento do estado do Paraná.

Palavras-Chave: Cooperativismo; Cooperativas e Desenvolvimento.



1. INTRODUÇÃO

De acordo com OCEPAR (2004) – Organização das Cooperativas do Paraná - a empresa cooperativa tem uma característica própria e se fundamenta nos valores humanos e dignidade pessoal. Desta forma, pode-se entender a cooperativa como “uma organização de pessoas unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativas com objetivos econômicos e sociais comuns a todos, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades.” (OCEPAR, 2001). Esta organização objetiva viabilizar o cooperado economicamente por meio de prestação de serviços, desenvolvimento cultural e profissional solidificados numa estrutura administrativa eficiente, qualificada, confiável e respeitável, em busca de resultados.

Se a cooperativa pode ser vista como uma prestadora de serviços, é natural que os cooperados definam e aprovelem suas metas com base nas necessidades e com estudo claro de viabilidade econômica, o que possibilitará uma maior garantia na geração de resultados. Será este processo a garantia básica para a sobrevivência da empresa, além de trazer uma margem de retorno positivo para o próprio associado.

Com a união de suas forças, os cooperados serão competitivos e estarão presentes no mercado globalizado. No entanto, só haverá retorno positivo se, além de qualidade, preço e pontualidade em seus produtos e serviços, houver fidelidade, responsabilidade e profissionalismo de todos os associados, pois são eles os legítimos donos da cooperativa.

A forma de gestão das cooperativas tem suas bases nos princípios cooperativistas, que foram pela primeira vez estruturados pelos pioneiros de Rochdale. Os princípios dos pioneiros tinham na sua essência ideais socialistas decorrentes dos valores de solidariedade e equidade e fazem parte, até hoje, dos Fundamentos Doutrinários do Cooperativismo.

O presente artigo tem por objetivo demonstrar a importância do sistema cooperativo para o desenvolvimento do estado do Paraná, além de relacionar os princípios cooperativistas que regem a forma de fundação e gestão do cooperativismo e explanar sobre o contexto histórico de fundação e consolidação das cooperativas.

Para tanto, foi feita uma revisão bibliográfica em livros e revistas especializadas na área de cooperativismo, assim como também no site oficial da Organização das Cooperativas do Paraná e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.

2. PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS

Como comentado anteriormente, os princípios cooperativistas foram criados, estudados, analisados e avaliados pelos líderes e pensadores ingleses e franceses, com ideias e ideais baseados na cooperação. Foram aprovados e colocados em prática quando da fundação da primeira cooperativa formal do mundo, na Inglaterra em 1844, pelos pioneiros de Rochdale (BIALOSKORSKI, 1994).

Com a evolução e a modernização do cooperativismo e da economia mundial, os princípios cooperativistas foram reestruturados e adaptados à realidade do mundo atual.



A seguir, para um melhor entendimento do processo cooperativo, serão apresentados cada um dos princípios cooperativistas (GAWLAK e TURRA, 2003):

1º Princípio: Adesão Livre e Voluntária: em geral, todas as pessoas têm liberdade de associar-se a uma cooperativa. Ser sócio é uma decisão individual e independente da raça, posição social, cor, política partidária e credo.

Na conjuntura atual há alguns critérios de adesão:

- a) Conhecer a doutrina, filosofia e os princípios cooperativistas;
- b) Conhecer os objetivos, os estatutos e a estrutura da cooperativa;
- c) Conhecer os direitos e deveres como sócios;
- d) Ter o firme propósito de ser um associado fiel, atuante e participativo;
- e) Ser um empreendedor e acreditar na cooperativa, pois será o próprio dono;
- f) Outros.

2º Princípio: Gestão Democrática pelos Sócios: a cooperativa é administrada pelos sócios. São eles que definem as prioridades das atividades com base nas necessidades e objetivos estabelecidos, elegem diretores e conselheiros pelo voto. Os sócios tem igualdade de voto. As decisões são tomadas em assembleias gerais, órgão supremo da cooperativa.

3º Princípio: Participação Econômica dos Sócios: os sócios integralizam o capital social da cooperativa através de quotas-partes. Os resultados, quando positivos, se destinam ao fundo de reserva e ao fundo de assistência técnica, educacional e social. A assembleia geral poderá estabelecer outros fundos, cabendo a ela esta decisão.

As sobras líquidas apuradas no exercício, depois de deduzidas as taxas para os fundos, serão rateadas entre os associados proporcionalmente às suas operações.

4º Princípio: Autonomia e Independência: as cooperativas são empresas autônomas controladas por seus cooperados, que devem decidir sobre suas atividades, definir sua missão, objetivos e metas. Não há interferência governamental nas decisões.

5º Princípio: Educação, Formação e Informação: este princípio objetiva o desenvolvimento cultural e profissional do cooperado e da sua família.

A constante reciclagem, a formação e o treinamento de associados, diretores, conselheiros, líderes e funcionários (colaboradores) são a base deste princípio. A informação transparente das atividades da cooperativa, a divulgação da doutrina, filosofia e princípios buscam auxiliar os cooperados no alcance dos resultados.

6º Princípio: Cooperação entre Cooperativas: na era da globalização a integração com parcerias é a chave da sobrevivência. Parte-se do princípio que a cooperativa agrega valores positivos que buscam o bem-estar da própria empresa e o sucesso dos negócios do cooperado.

7º Princípio: Interesse pela Comunidade: as cooperativas também contribuem com o desenvolvimento da comunidade, com a geração de empregos, produção, serviços e preservação do meio ambiente.



3. MOVIMENTO COOPERATIVISTA BRASILEIRO

O Movimento Cooperativista Brasileiro surgiu no século XIX estimulado por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários, para atender as suas necessidades. Este movimento iniciou na área urbana, com a criação da 1ª Cooperativa de Consumo, em Ouro Preto (MG) no ano de 1889, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, expandindo-se para os Estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e também Rio Grande do Sul.

Em 1902 surgem as cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul, por iniciativa do padre suíço Theodor Amstadt. A partir de 1906 nascem e se desenvolvem as cooperativas no meio rural, idealizadas por produtores agropecuários, cuja propagação deu-se em vários Estados junto às comunidades de imigrantes alemães, holandeses, italianos, poloneses e japoneses. Os imigrantes trouxeram de seus países de origem não só a bagagem cultural, mas também o trabalho associativo e a experiência de atividades familiares comunitárias, que o motivou a organizarem em cooperativas no meio rural (PINHO, 1977).

A história relata que os problemas de comunicação, adaptação a nova cultura, carência de estradas e escolas e discriminação racial, criou entre eles laços de coesão, resultando no nascimento de sociedades culturais e agrícolas. Assim fundaram suas próprias escolas, igrejas e outras atividades de caráter cooperativo, tais como: mutirão para o preparo do solo, construção de galpões, casa, colheitas, etc.

Com a propagação desta ideia, as cooperativas tiveram sua expansão num modelo autônomo, voltado para suprir as suas necessidades, assim como para livrarem-se da dependência dos grupos especuladores. Embora houvesse o movimento de difusão do cooperativismo, havia também a ausência de pessoas com conhecimento em associativismo, falta de material didático apropriado, imensidão territorial e trabalho escravo que foram entraves para um maior desenvolvimento do sistema.

O cooperativismo brasileiro segue e adota as experiências e os princípios dos pioneiros de Rochdale, embasados também na legislação cooperativista brasileira através do Decreto 22.239 – 19/12/1932 e mantida pela legislação posterior (Lei 5.764 – 16/12/1971). Esta lei disciplinou a criação de cooperativas, porém restringiu a autonomia dos cooperados, interferindo na sua constituição, funcionamento e fiscalização. Entretanto, foi a partir de 1960 que o cooperativismo brasileiro teve seu real desenvolvimento, em junho de 2002, com mais de 7.619 cooperativas de diversos ramos e 5.000.000 cooperados.

Houve uma mobilização consciente e pacífica do cooperativismo brasileiro, através de consultas e propostas em relação a uma maior participação dos cooperados e diminuição da interferência governamental.

Durante a realização do X Congresso Brasileiro de Cooperativismo, em 1988, as propostas foram analisadas e aprovadas no seguinte teor:

“Estabelecimento de um processo de organização do quadro social em comitês educativos, comissões, núcleos, conselhos, etc, permitindo a efetivação de um elo de ligação entre o associado e a administração da cooperativa, contribuindo para o processo decisório e o planejamento democrático na sociedade cooperativa” (OCB, 1988).



Claramente, a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) concedeu maior liberdade de ação, mas por outro lado atribuiu maior responsabilidade aos conselheiros de administração e fiscal, assim como ao cooperado.

4. RAMOS DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO

O cooperativismo brasileiro é hoje uma importante força econômica no País, composto por 6.094 cooperativas dos diversos ramos, com 4,639 milhões de cooperados, gerando de forma direta cerca de 169 mil empregos (OCEPAR, 2004). As cooperativas são responsáveis por um volume de transações econômicas equivalente a 6% do PIB (Produto Interno Bruto).

Quanto ao faturamento das cooperativas no ano de 2003 foi de R\$15,1 bilhões, correspondente a 16,0% do PIB do Paraná. O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado foi de R\$94,0 bilhões, no mesmo ano. Alguns dados relativos a esse faturamento podem ser analisados através da tabela 1:

Tabela 1 - O cooperativismo em números

SISTEMA PARANAENSE	2000	2001	2002	2003
Faturamento (bilhões de reais)	6,49	8,02	11,21	15,5
Cooperativas (unidades)	194	193	202	204
Cooperados (unidades)	243.224	245.884	266.523	293.579
Colaboradores (unidades)	28.460	30.421	32.693	39.059
Exportações (milhões de US\$)	355,42	633,82	643,87	800,00
Investimentos (milhões de R\$)*	-	300	350	450
Participação no PIB/PR *	9,70%	10,50%	13,30%	16,5%
Participação no PIB Agrícola do PR *	47%	55%	52%	53%

* A estimativa de investimento a serem realizados pelas cooperativas paranaenses em 2004, segundo a Ocepar é de aproximadamente R\$570 milhões. O PIB do Paraná foi de R\$ 94,17 bilhões em 2003 e Valor Bruto da Produção Agropecuária do Paraná em 2003 foi de R\$28 bilhões.

Fonte: OCEPAR (2004).

O sistema cooperativista é segmentado em 12 ramos, de acordo com as especificidades das respectivas atividades econômicas. O ramo mais forte em termos de faturamento é o agropecuário. Em números de cooperativas é o de trabalho e, em número de cooperados, é o ramo de consumo.

Cooperativa Agropecuária: O cooperativismo agropecuário representa cerca de 25% da economia agrícola do País e participa de forma intensa em todo o processo de produção, beneficiamento, armazenamento e industrialização agropecuária, fazendo com que o associado seja um agente ativo nas ações sociais da comunidade e na participação do mercado interno e externo (GAWLAK e TURRA, 2003).

Com seu desenvolvimento, as cooperativas passaram a ser importantes agentes econômicos e sociais, difusoras de tecnologias e implementadoras de políticas desenvolvimentistas, agindo como elo entre o produtor rural e o governo. Isto tudo só se tornou possível graças à difusão do crédito rural, armazenagem, manejo e conservação de solos, manejo integrado de pragas, assentamento de agricultores e agro industrialização.



A integração das cooperativas e a agregação dos interesses dos produtores rurais permitiram a montagem de uma infraestrutura básica de armazenagem da produção, posteriormente, estas sociedades passaram a investir em agroindústrias, objetivando a geração de valores adicionais aos produtores. Assim teve início o processo que permitiu a elas serem detentoras de modernos parques industriais em diversas regiões brasileiras.

Cooperativismo Educacional: Existem hoje, cerca de 246 cooperativas educacionais cadastradas na OCB em 2004. Nos últimos quatro anos houve um crescimento significativo dessas instituições, cujo número em 1995 era de apenas 106 cooperativas. É importante destacar o crescimento deste tipo de instituição na década de 90, quando foram criadas 91 cooperativas educacionais contra apenas 11 na década de 80.

Isto reflete bem a realidade do ensino brasileiro, pois como as instituições tradicionais não atendeu às necessidades básicas da população, ou seja, qualidade educacional com um preço justo, as cooperativas educacionais por serem uma instituição não lucrativa, passaram a constituir uma alternativa para a solução do problema do ensino no país.

Cooperativismo de Consumo: Considerando as diversas modificações culturais e socioeconômicas ocorridas na década de 90, o cooperativismo de consumo vem reagindo de forma positiva, principalmente no que diz respeito ao mercado aberto.

Sendo assim, as cooperativas de consumo tentam se adaptar, da melhor maneira possível, às exigências de um mercado cada vez mais competitivo. O segmento vê nas cooperativas abertas uma grande possibilidade de aumentar seus horizontes, prestando serviços mais abrangentes às comunidades onde elas atuam (GAWLAK e TURRA, 2003).

Cooperativismo Mineral: O cooperativismo Mineral, apesar do reduzido número de cooperativas e de reunir ainda poucos cooperados, tem trazido benefícios aos que dele se utilizam. A disseminação de técnicas mais racionais e atualizadas de exploração é facilitada pela cooperativa, fortalecendo o setor e gerando maiores vantagens para todos (GAWLAK e TURRA, 2003).

Cooperativismo de Turismo e Lazer: Foi criado pela AGO – Assembleia Geral ordinária, da OCB no dia 28 de abril de 2000 e é composto por cooperativas que atuam no setor de turismo e lazer. Este ramo está surgindo com boas perspectivas de crescimento, pois todos os Estados Brasileiros tem potencial fantástico para o Turismo Cooperativo, que visa organizar as comunidades para disponibilizarem o seu potencial turístico. Estas comunidades hospedam os turistas prestando-lhes toda ordem de serviços e, simultaneamente, organizam os turistas para usufruírem desse novo paradigma de turismo, mais barato, mas educativo e mais prazeroso. É um ramo ainda em fase de organização e, em todo o país, existem apenas 03 cooperativas cadastradas (GAWLAK e TURRA, 2003).

Cooperativismo de Infraestrutura: As cooperativas que prestam serviços de eletrificação e telefonia (infraestrutura), atendem da melhor maneira possível uma grande parcela da população que vive isolada.

Segundo estimativas do Ministério de Minas e Energia (DENACOOOP, 2003), apenas 32,8% das propriedades rurais do país têm luz, sendo que somente nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste os índices de eletrificação são razoáveis. Nas regiões Sul e Sudeste a energia não chega a alcançar 70%. Na região Centro-Oeste, que possui um potencial



agrícola elevado, somente 45,7% das propriedades rurais são beneficiadas com luz elétrica.

Com as privatizações, fusões, aquisições e as novas empresas que estão surgindo no mercado, vários profissionais qualificados poderão se tornar adeptos ao ideal cooperativista, fazendo dessa forma, com que o setor se desenvolva mais (GAWLAK e TURRA, 2003).

Cooperativismo de Saúde: Há cerca de 30 anos as cooperativas de saúde vem dando mais dignidade para os profissionais da área e um melhor atendimento hospitalar em relação ao sistema público e privado.

Como o governo não investe o necessário na saúde e o sistema privado trata as questões dessa área como simples mercadoria, o cooperativismo é a resposta mais evidente para se conseguir melhorias neste setor (GAWLAK e TURRA, 2003).

Cooperativismo de Produção: Composto pelas cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e mercadorias, sendo os meios de produção propriedade coletiva, através da pessoa jurídica, e não propriedade individual do cooperante.

Para os empregados, cuja empresa entra em falência, a cooperativa de produção geralmente é a única alternativa para manter os postos de trabalho. Em outros países, como na Espanha, esse ramo está bem desenvolvido.

No Brasil, com a crise econômica e financeira, em grande parte resultante da globalização devastadora, muitas empresas não conseguem sobreviver. Cada vez mais os empregados estão descobrindo as vantagens de constituir o próprio negócio, deixando de ser assalariados para tornar-se donos do seu próprio empreendimento – a cooperativa. Ao todo, são hoje 118 cooperativas registradas na OCB com mais de 6 mil cooperados e 330 funcionários (GAWLAK e TURRA, 2003).

Cooperativismo de Crédito: As cooperativas de crédito estão mais fortalecidas dentro do sistema financeiro. Os bancos cooperativos passam por um processo de consolidação, desde a criação e regulamentação do Bansicredi em 1996 e a autorização para o funcionamento do BANCOOB pelo Banco Central em 1997, se estabeleceu efetivamente um sistema de crédito exclusivo do cooperativismo, fazendo com que este segmento desse um grande salto para o desenvolvimento (GAWLAK e TURRA, 2003).

Cooperativismo Habitacional: para milhões de brasileiros, o sonho da casa própria ainda está muito longe de ser realizado. Mesmo depois do Plano Real ter controlado a crônica inflação brasileira, a aquisição de um imóvel residencial continuou muito difícil para a maioria da população.

A maior dificuldade encontrada, principalmente para as classes de média e baixa rendas, são juros muito altos, dificultando o financiamento do imóvel pelas linhas de créditos existentes (GAWLAK e TURRA, 2003).

Cooperativismo de Trabalho: O cooperativismo de trabalho é um dos ramos mais recentes dentro do sistema cooperativista. Nos últimos anos ele apresentou um grande crescimento, principalmente em função do alto índice de desemprego que atinge o país.

Os processos de terceirização em busca de redução de encargo das empresas dentro do contexto da nova organização da produção, também são fatores determinantes para o fortalecimento deste ramo (GAWLAK e TURRA, 2003).



5. HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO PARANAENSE

O desenvolvimento do cooperativismo paranaense é bastante recente, se comparado com os demais Estados do sul do País. Porém, várias iniciativas de caráter cooperativista e a criação de diversas cooperativas surgiram desde o início do século XX com a Lei 22.239-1932. As experiências, pela quantidade e pelo caráter fomentista, estão ligadas aos trabalhos do agrônomo ucraniano Valentin P. Cuts.

Sob a orientação desse pioneiro do cooperativismo paranaense, que se transferiu para o Brasil em 1912, foram criadas 14 cooperativas no Estado do Paraná. Porém, outras cooperativas se organizaram antes da chegada de Cuts ao Brasil, destaca-se a Associação Beneficente, constituída por um grupo de ferroviários, que organizaram um armazém de fornecimento de bens de consumo em 26 de Outubro 1906, na cidade de Ponta Grossa

Depois de 1930, a política imigratória paranaense tende a desligar-se da ação governamental direta, passando à colonização através de organizações privadas e mais tarde, de instituições internacionais de imigração. Renovam-se, assim, as tentativas de aproveitamento das terras dos chamados “campos gerais”. As cooperativas assumem um papel de destaque desde a implantação das colônias, assumindo inclusive parte significativa das incumbências do poder público. Atuaram como intermediárias entre os agricultores imigrantes, as autoridades, e os estabelecimentos de crédito. Colaboraram no planejamento e organização das colônias, na criação de infraestrutura, assistência técnica à produção, promoção do ensino, assistência médica e hospitalar entre outros serviços. Pode-se destacar as cooperativas de imigração holandesa: Batavo em 1935; Castrolanda em 1951; e Capal em 1960; e a cooperativa de imigração alemã: Agrária em 1951.

A atividade ligada à indústria extrativa do mate, tem um profundo significado histórico para a economia do Estado do Paraná, desde a década de 1820. Com o declínio da economia ervateira, a partir de 1935 começam iniciativas de recuperação do setor através da criação de sociedades cooperativas. Por sua vez, o governo federal se convencia da necessidade de organizar os produtores do mate, vindo ao encontro deles com programas de defesa do preço, de financiamento e de armazenamento, permitindo o aparecimento e desenvolvimento de uma rede de cooperativas, sem similar em qualquer outro setor da produção nacional. Esses mecanismos permitiram, a partir de 1943, a criação de uma eficiente rede de cooperativas, especialmente no Paraná. Chegaram a funcionar 14 cooperativas com mais de dez mil associados, com cem armazéns e capacidade para armazenar mais de 20 mil toneladas do produto (GAWLAK e TURRA, 2003).

Outro produto histórico para a economia paranaense foi o café, que se desenvolveu no norte do Estado. E as cooperativas tiveram participação importante no desenvolvimento desta cultura, com um forte apoio do IBC – Instituto Brasileiro do Café. Apesar de terem surgido algumas iniciativas anteriores, as primeiras cooperativas de cafeicultores foram organizadas entre 1956 e 1960. Mas o grande “surto” cooperativista se verifica nos anos de 1962 e 1963, com a criação de 21 cooperativas de cafeicultores, porém, poucas sobreviveram ao longo dos anos.



A partir da década de 1920 teve início a ocupação das regiões oeste e sudoeste do Estado, com correntes migratórias formadas por agricultores de origem italiana e alemã, providas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os novos povoadores traziam alguns equipamentos e recursos financeiros para a sua instalação. Dedicavam-se ao plantio de cereais e à criação de suínos. O desbravamento se deu de forma espontânea, não havendo auxílio por parte dos poderes públicos.

Um dos aspectos importantes no processo de colonização do oeste e sudoeste do Estado, está representado pela posse da terra e a sua institucionalização, com a ocorrência de graves acontecimentos em que os conflitos sociais, não raro, assumiram a forma de violência. O cooperativismo agrícola nesta região aparece na década de 1960. Mas é, sobretudo a partir de 1969, com o desenvolvimento da cultura da soja, que se dá a formação de cooperativas e a reorganização das sociedades já existentes.

As primeiras cooperativas foram organizadas em nível de pequenas comunidades, por vezes pela iniciativa da companhia colonizadora, visando a ocupação de suas terras e para melhoria de seus negócios. Outras são organizadas com o propósito de atender as necessidades mais sentidas pelos agricultores, como o fornecimento de bens de consumo, equipamentos para as lavouras e a venda da produção, sendo sua organização semelhante aos padrões do comércio local.

A falta de bons administradores, de orientação e localização geográfica, dificultava uma atuação adequada. Não dispondo de armazenagem e beneficiamento, as cooperativas eram obrigadas a recorrer aos armazéns oficiais, localizados nos municípios de maior expressão na área e, portanto, de difícil acesso às cooperativas originalmente mal localizadas.

6. AS COOPERATIVAS PARANAENSES E A SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ

Responsáveis em maior ou menor escala pela representatividade que detém na economia estadual, as diversas categorias de cooperativas desenvolvem ações imprescindíveis ao desenvolvimento da comunidade paranaense, principalmente das populações rurais.

Segundo dados apresentados pelo Sindicato e Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR, 2004) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP, 2004), são mais de 218 mil associados que, somados aos cerca de 35 mil empregados em cooperativas paranaenses e extrapolados em termos de envolvimento familiar, representam um milhão e duzentos mil pessoas que, direta ou indiretamente, estão ligados ao cooperativismo em seus diversos ramos.

A tabela 2 mostra detalhes sobre as Cooperativas registradas na OCEPAR até o final de 2004.

O cooperativismo agropecuário responde por cerca de 50% (cinquenta por cento) do PIB da agricultura paranaense. Participa de forma intensa em todo o processo de produção, beneficiamento, armazenamento e industrialização, fazendo com que o associado seja um agente ativo na participação do mercado interno e externo, como também nas ações sociais de comunidade, atendendo principalmente os pequenos e médios produtores.

**Tabela 2 – Cooperativas registradas na OCEPAR em 2004**

RAMO	Nº DE COOPERATIVAS	Nº DE COOPERADOS
Agropecuário	71	100.757
Transporte	15	1.334
Crédito	55	15.046
Educacional	12	2.024
Habitacional	12	2.024
Infraestrutura eletr. rural	8	7.871
Saúde	32	10.763
Trabalho	14	10.426
Turismo	1	39
Total	209	348.309

Fonte: OCEPAR (2004).

Dentro desse contexto, as cooperativas passaram a ser importantes instrumentos de difusão de tecnologias e implementadoras de políticas desenvolvimentistas, agindo também como elo entre o produtor rural, da armazenagem, manejo e conservação de solos, manejo integrado de pragas, assentamento de agricultores, agro industrialização e outros.

Essa integração entre Estado e cooperativas não só permitiu aos governos implementarem suas ações na agricultura, como também, levar o Paraná à liderança nacional de produção e produtividade agrícola, o que transformou as cooperativas em agentes de desenvolvimento econômico e social.

Hoje, essas cooperativas são, em muitos municípios do Paraná, as mais importantes empresas econômicas, maiores empregadoras e geradoras de receitas, atuando em perfeita sintonia com a coletividade, representando cerca de 35% da população rural do Estado.

Com a integração dos produtores em cooperativas, organizou-se também a produção e com isso, reduziram-se os agentes de comercialização, aumentando a eficiência dos mecanismos de arrecadação tributária do Estado, o que torna as cooperativas, importantes instrumentos na execução da política fiscal do governo.

Dessa forma, as cooperativas vem procurando dar sustentação à atividade agropecuária com bases dinâmicas e inovadoras capazes de manter o produtor rural na atividade, estando conscientes de que isto somente será possível com a expansão de uma economia moderna, que possibilite a agregação de valores à produção, dando maior retorno aos agricultores, possibilitando seu reinvestimento no processo produtivo.

A expressiva participação dos pequenos e médios produtores (áreas até 50 ha) nos quadros sociais das cooperativas, representando atualmente 73% do total de associados, evidencia a importância das cooperativas para esse segmento de produtores, que são normalmente os menos favorecidos.

A integração das cooperativas e a agregação dos interesses dos produtores rurais, permitiu a montagem de uma infraestrutura básica de armazenagem da produção, vindo na sequência a agroindústria, na tentativa de geração de valores adicionais aos produtores: assim, as cooperativas iniciaram o processo e hoje são detentoras de modernos parques industriais. A participação das cooperativas no total da capacidade estática de armazenagem do Estado é de 42% elevando-se esse percentual para 46% na armazenagem a granel (GAWLAK e TURRA, 2003).



Implantando novas indústrias ou recuperando as já existentes, as cooperativas têm procurado atender os anseios de seus associados, visando transferir benefícios paranaenses, além de serem pioneiras na implantação de novas culturas e projetos.

Outro aspecto que merece citação é a diversificação das cooperativas, operando hoje com praticamente todos os produtos agrícolas importantes da economia paranaense, além de serem pioneiras na implantação de novas culturas e projetos.

Essa expressiva participação das cooperativas não objetiva a conquista de posições hegemônicas ou monopolistas, mas sim, a defesa dos interesses dos produtores associados, sem ferir os legítimos direitos dos consumidores de bens ou serviços, permitindo a estes o acesso a produtos e serviços de qualidade garantida, constância de oferta e principalmente, o desfrute da aquisição a preços justos.

A vocação agropecuária do Paraná oferece um grande potencial para o desenvolvimento do setor agroindustrial, face à disponibilidade de matérias-primas, de energia, da infraestrutura de escoamento da produção, da proximidade aos grandes centros de consumo e pela capacidade empreendedora do seu povo.

Por outro lado, a expansão da agropecuária está limitada pela ocupação total da fronteira agrícola, portanto, o crescimento da produção dependerá da melhoria das produtividades e da agregação de valores aos produtos primários, via agro industrialização.

Assim, a agro industrialização da produção agropecuária se apresenta como mola propulsora para a transformação do Estado de exportador de matérias-primas, em exportador de bens de consumo, aproveitando o potencial disponível.

Neste sentido, as cooperativas se constituem em elemento fundamental para implantar novos projetos, pois, através delas, suas ações no setor, por essa via, resultam na agregação de valores sobre o produto primário retornando ao produtor, que por sua vez poderá reinvestir na atividade produtiva, garantindo com isso, a oferta de matérias-primas em níveis permanentes e ao mesmo tempo, desenvolvendo o meio rural.

O ramo de cooperativas de consumo cresceu no Paraná até o início dos anos 60, sofrendo daí para frente uma redução gradativa à medida que crescia a influência dos supermercados, a inflação e as populações urbanas. A tecnologia sofisticada de atendimento dos supermercados e a concorrência de hipermercados inviabilizou a maioria das cooperativas, pelo sistema adotado por elas de vendas a prazo, normalmente com desconto em folha de pagamento do funcionário da empresa a ela associado.

Não restam dúvidas quanto à necessidade de organização do consumidor para buscar melhor qualidade de produto e preços e, além disso, a sua participação na definição da política de abastecimento, pois, hoje, os consumidores estão desorganizados e quase não existe representação que os defenda nos assuntos de seus interesses. O cooperativismo é uma das alternativas para se conseguir isso.

Por sua importância no suporte às atividades produtivas, as cooperativas de crédito constituem instrumento fundamental ao desenvolvimento das empresas. Este segmento de cooperativas foi tolhido em suas atividades em 1964, com o advento da Lei n. 4.595 que instituiu a Reforma Bancária e inviabilizou a maioria das cooperativas devido às restrições impostas para seu funcionamento. Em 1981 ressurgiu no Rio Grande do Sul e também no Paraná o interesse pelo cooperativismo de crédito no meio rural, espalhando-se tal movimento pelo Brasil motivado pela redução das disponibilidades de



recursos para o crédito rural, em um novo modelo de atividade, com uma cooperativa de crédito ao lado de cada cooperativa agropecuária existente, e ligada a uma central.

Durante mais de dez anos, as lideranças cooperativistas lutaram para vencer todas as resistências à implantação do cooperativismo de crédito, com o objetivo de constituir um sistema financeiro próprio. Com isto surgiram dois bancos: Bansicredi e Bancoob, sendo que o Bansicredi é formado pelas cooperativas do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso e o Bancoob pelas cooperativas dos demais estados brasileiros.

As cooperativas de crédito urbano dão suporte financeiros aos seus associados e são normalmente ligadas a uma empresa ou organização.

As cooperativas educacionais por sua vez, são formadas por pais de alunos que buscaram o cooperativismo como solução para as dificuldades no ensino tradicional. Estas cooperativas mantêm escolas onde, através da interação de toda a estrutura educacional, as ações são estabelecidas visando a formação integral dos alunos para o exercício pleno de uma cidadania consciente. A maior qualidade nos conteúdos e nos métodos pedagógicos, redução de custos, melhores condições para o corpo discente e a consciência dos valores que norteiam o cooperativismo: autoajuda, auto responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, têm atraído a atenção da comunidade em geral.

Neste ramo estão também as cooperativas-escola, que são constituídas por alunos de escolas técnicas agrícolas que exercem atividade agropecuária para auxiliar na manutenção dos estabelecimentos, sob a responsabilidade dos próprios alunos.

As cooperativas habitacionais tem por finalidade a reunião de pessoas com vistas à aquisição de moradias próprias. Os recursos podem ser próprios, através do autofinanciamento, onde todos os cooperados contribuem com parcelas mensais gerando um fundo para a construção da obra ou ainda externos, através da Caixa Econômica Federal ou os demais agentes financeiros, fundos imobiliários ou outras fontes de financiamento.

No que se refere às cooperativas do ramo de saúde, permitem que o usuário tenha a opção de escolher o seu médico, que o trabalho médico não seja intermediado por terceiros, nem explorado economicamente, e que todos os médicos cooperados sejam seus donos, com direitos iguais e voto unitário, independentemente do capital aportado. Propõem fortalecer o sentimento de liberdade profissional dos médicos, contra a ameaça das empresas mercantilistas.

Através dos anos, o cunho empresarial imposto pelas UNIMEDs criou condições de grande competitividade no mercado de assistência à saúde da população paranaense. No mesmo esquema surgiram as UNIODONTOS, congregando odontólogos, as cooperativas de profissionais médicos especializados e cooperativas de outros profissionais médicos especializados, além de cooperativas de outros profissionais dedicados à preservação da saúde.

As cooperativas de infraestrutura, especialmente as de eletrificação rural, têm por objetivos primários fornecer, para a comunidade rural, serviços de energia elétrica, seja gerando sua própria energia, seja repassando energia de concessionárias, bem como fornecer materiais elétricos e eletrodomésticos para seus cooperados, tendo contribuído para reduzir o êxodo rural, proporcionando aos agricultores conforto e melhorando suas



condições de vida e de trabalho, as cooperativas de eletrificação rural estão abrindo mais o leque de serviços prestados.

O ramo das cooperativas de trabalho se apresenta hoje como sistema altamente promissor para reunir profissionais, pois, por meio da forma cooperativista, as mais diferentes categorias de trabalhadores autônomos, organizados, passam a exercer suas atividades de forma coletiva, aumentando seu poder de competição no mercado de trabalho e buscando constantemente a sua profissionalização.

Sua afirmação como forma de organização e de defesa econômica das respectivas classes profissionais tende ao crescimento, em face de bem sucedidos empreendimentos em vários setores, que compatibilizam a possibilidade de melhores condições de trabalho e remuneração, de maneira autônoma, com serviços eficientes aos seus usuários, e ao mesmo tempo, despertando e conscientizando as pessoas para a necessidade da prática da cooperação.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cooperativas paranaenses, como todas as empresas do país, passam por um momento de grandes transformações em função da sua inserção nos mercados mundiais globalizados. Para crescerem frente à competitividade mundial, as cooperativas têm repensado seu potencial e suas estratégias. A profissionalização dos negócios, a escala da produção, a concentração de energias no foco de seu negócio e a procura por nichos de mercado são algumas das principais condições para o fortalecimento e crescimento do sistema cooperativo.

No contexto da competitividade, terão de se adequar às exigências do mundo quanto à defesa das causas ambientais, à evolução constante da tecnologia, à modificação permanente das estruturas das corporações e à mobilidade do capital internacional. Os desafios passam também pela febre fiscal e pela retração paulatina do governo tanto em programas de apoio ao desenvolvimento de setores onde estão inseridas as empresas cooperativas, quanto através da privatização de empresas que eram de sua propriedade.

Uma das grandes vantagens da cooperativa é sua estrutura ser totalmente baseada nas “pessoas”, o que lhe permite utilizar-se do conhecimento e da vivência que estes cooperados têm em suas comunidades, além do estreitamento das relações entre produtor-mercado-consumidor. A vantagem de estar diretamente inserida dentro de uma comunidade, de basear suas operações na honestidade, transparência, equidade e responsabilidade social, além da saúde financeira, devem ser utilizadas pelas cooperativas num esforço de marketing junto à sociedade para o alcance de seus objetivos reais.

As cooperativas, que são sociedades de pessoas, têm que atuar de forma a corresponder aos anseios dos seus cooperados sem perder de vista a eficiência do negócio, que exige fidelidade, participação e capitalização. Cabe aos dirigentes, líderes e a todo o quadro social esclarecido e participante, assessorado por profissionais competentes, definir o rumo da empresa cooperativa, os negócios onde devem atuar e as parcerias que pode realizar.

Infelizmente, a globalização da economia, que traz grandes empresas para competir à nossa porta, dificulta a convivência das pequenas indústrias de atuação regional e escala



limitada; aliás, estrategicamente, grandes corporações estão atuando de forma errada, pois suas ações avassaladoras alijam os pequenos, os principais empregadores que geram renda para as pessoas comprarem os produtos fabricados pelas megaempresas. O segredo está na inteligência das parcerias estratégicas e na integração entre cooperativas e empresas para participação no mercado de forma organizada, a fim de conquistar clientes pela qualidade dos produtos e serviços e facilidade na logística do atendimento (GAWLAK e TURRA, 2003).

Em função da filosofia participativa do poder decisório das cooperativas, não é tarefa fácil para estas encararem a competição com corporações transnacionais detentoras de capital, que têm maior conhecimento de novas tecnologias e do mercado, agilidade na tomada de decisões e um marketing profissional. Para fazer frente a estas forças faz-se imprescindível o estudo de parcerias, de fusões e de integrações e a escolha das prioridades da ação da cooperativa.

Para vencerem, as cooperativas devem realçar sua identidade no meio onde atuam, antecipando-se às tecnologias, produtos em ascensão no mercado consumidor e formas de integração para obtenção de tecnologia, capital e mercado. Esses são os grandes desafios que requerem estratégias e ações empresariais e profissionais.

8. REFERÊNCIAS

BIALOSKORSKI Neto, S. Agribusiness cooperativo : economia, doutrina e estratégias de gestão. Piracicaba, 1994. Dissertação (mestrado) Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1994.

GAWLAK, Albino; TURRO, Fabianne Ratzke. Cooperativismo: filosofia de vida para um mundo melhor. Ed. Curitiba, 2003.

LIMA, Silvio Galdino Carvalho. Depoimento para Eloy Setti e Sigrid Ursula Litzinger Ritzmann. OCEPAR, 1989.

OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Anais do X Congresso Brasileiro de Cooperativismo, 1988.

OCEPAR - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ. Ata de Constituição. Curitiba, 1971.

_____. Paraná Cooperativo. Varias Edições. Curitiba, 2000.

_____. Programa de Autogestão. Curitiba, 1990 e 2000.

_____. O cooperativismo do Paraná no terceiro milênio. 2. ed. Curitiba, 2001.

_____. Relatórios do Fórum Permanente dos Presidentes de Cooperativas Agropecuárias. Curitiba, 2002.

PARANÁ COOPERATIVO. Ano I, números 01 a 04, Julho a Outubro-2004.

_____. Balanço Social – Cooperativas do Paraná, 2004. Edição Especial. ano I, número 6, Dezembro-2004.

PINHO, D. B. Economia e cooperativismo. São Paulo : Saraiva, 1977.

SESCOOP - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO
COOPERATIVISMO, Curitiba, 2004.